



NOTA DE ESCLARECIMENTO E POSICIONAMENTO INSTITUCIONAL

A Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Augustinópolis/TO, por intermédio de sua Presidência, vem a público, diante dos recentes acontecimentos envolvendo o MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Augustinópolis/TO, Dr. Alan Ide Ribeiro da Silva, e das alegações de cerceamento de defesa e violação de prerrogativas profissionais de advogados e advogadas que militam na comarca, prestar os devidos esclarecimentos, reafirmar seu compromisso com a defesa intransigente das prerrogativas da advocacia e, ao mesmo tempo, esclarecer os fatos que vêm sendo distorcidos e utilizados para imputar indevidamente omissão a esta gestão.

Inicialmente, é imprescindível destacar que a OAB é uma entidade de representação classista que atua com base nos princípios da legalidade, da responsabilidade e do respeito às normas que regem sua atuação institucional. Em situações como a que ora se apresenta, é necessário que toda e qualquer denúncia de violação de prerrogativa seja formalmente apresentada, de forma clara e objetiva, com a devida identificação dos fatos, datas, envolvidos e provas mínimas que permitam à Instituição tomar as providências cabíveis junto à Seccional e aos órgãos competentes, como a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No intuito de ouvir a advocacia e construir um posicionamento responsável, foi convocada reunião na sede da Subseção de Augustinópolis, na presença do Presidente da Comissão de Prerrogativas, Dr. Rodrigo Aparecido, a qual contou com a participação de apenas 19 advogados, num universo de mais de 120 inscritos e atuantes na Comarca. Na referida reunião, deliberou-se, de forma transparente e democrática, que os advogados e advogadas que tiveram suas prerrogativas violadas deveriam formalizar seus relatos por escrito e protocolá-los até a data limite acordada, a fim de que a Diretoria local pudesse consolidar as informações e encaminhá-las à Procuradoria de Prerrogativas da Seccional e aos demais órgãos competentes.

Esclarecemos, também, que reuniões com a Seccional já estão previamente agendadas para tratar da situação, e que a Comissão de Prerrogativas da OAB/TO está analisando o conteúdo do vídeo que circula nas redes sociais e que expõe a colega advogada em situação de evidente constrangimento durante audiência, o que poderá culminar na devida representação institucional.

Portanto, não procede a alegação de inércia ou omissão desta Presidência ou da Diretoria da Subseção de Augustinópolis. Atuamos com responsabilidade, prudência e sempre no interesse da advocacia tocantinense, conscientes da necessidade de respeitar os trâmites internos e os instrumentos legais que legitimam nossa atuação.

A Subseção de Augustinópolis reafirma seu compromisso com a valorização da advocacia, a defesa das prerrogativas profissionais e a luta contra qualquer forma de abuso de autoridade ou violação de direitos da classe, independentemente de quem os pratique ou do cargo que ocupe.



Seguiremos firmes, com equilíbrio, respeito institucional e responsabilidade, sem ceder a pressões ou discursos inflamados que, embora compreensíveis diante da indignação, não podem substituir a formalidade necessária à atuação efetiva da OAB.

Augustinópolis/TO, 19 de abril de 2025.

Dr. HC Ademar de Sousa **PARENTE**
Presidente da OAB – Subseção de Augustinópolis/TO